

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

28/06/2015

O empreiteiro Ricardo Pessoa da UTC foi convocado pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral João Otávio Noronha para esclarecer se a campanha presidencial de Dilma Rousseff em 2014 foi beneficiada pelo esquema de propinas da Petrobras. Pessoa é um dos delatores da operação "lava jato" e disse em depoimento à Procuradoria-Geral da República que repassou R\$ 750 mil ao tesoureiro da campanha presidencial de Dilma em 2010, José de Filippi, e outros R\$ 2,9 milhões ao ex-tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, que está preso

preventivamente. As informações são do **Estado de S. Paulo**,

Susto na presidência

O ex-presidente Lula pressionou o ministro do Tribunal de Contas da União José Múcio Monteiro a questionar as "pedaladas fiscais" do governo Dilma para dar "um susto" na presidente. Questionado, o Instituto Lula nega as afirmações. Segundo a **Folha de S.Paulo**, o ex-presidente só mudou de ideia quando a corte disse que as contas de Dilma poderiam ser recusadas, o que daria argumentos à oposição para pedir o impeachment.

Bônus por processo

Juízes que receberem mais de mil novos processos por ano ou acumularem função irão receber um bônus salarial, conforme resolução do Conselho da Justiça Federal. A gratificação valerá para casos excepcionais e, segundo a **Folha de S.Paulo**, vai começar a ser distribuída massivamente na Justiça Federal. O veículo cita que o novo deve equiparar os salários de magistrados de primeira e segunda instâncias aos ganhos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o teto do funcionalismo. O custo do novo adicional salarial deve custar entre R\$ 80 milhões e R\$ 100 milhões por ano.

Em breve

Em sua coluna na **Folha de S.Paulo** e no **O Globo**, Elio Gaspari questiona os dados que serão apresentados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em breve, segundo o presidente do conselho, Carlos Alberto Freitas Barreto. Para Gaspari, assim que as informações forem veiculadas, será descoberto o tamanho e a qualidade da compreensão do Conselho. De acordo com o colunista, "se os recursos aceitos pelo conselho contra atuações milionárias ficar acima de 50%, de duas uma: a Receita está atuando de forma leviana ou o Carf virou um ralo".

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-jun-28/noticias-justica-direito-jornais-140-2/>